

## DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DO 2.º ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E CASTELHANA

### DECLARACIÓN DE BRASÍLIA DEL 2.º ENCUENTRO DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA OFICIAL PORTUGUESA Y CASTELLANA

No 2.º Encontro das Associações Profissionais de Engenheiros Civis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Castelhana, realizado em Brasília, de 2 a 4 de dezembro de 2008, associações profissionais de Engenheiros Civis representantes de 19 países da África, América e Europa manifestam que:

A globalização apresenta desafios e oferece aos Engenheiros Civis oportunidades mais amplas de atuação, propiciando condições para melhor aproveitamento do notável potencial de trabalho desses profissionais e da experiência em cada país.

Os países apresentam diferenças na definição do perfil profissional, nos currículos da graduação, na regulamentação do exercício profissional e nas atribuições e competências do Engenheiro Civil, que devem ser harmonizadas a fim de facilitar a mobilidade dos mesmos.

São muitos os problemas que assolam o Mundo em que vivemos: a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, a carência de oportunidades, a deteriorização do meio ambiente, a marginalização social e a insegurança econômica, política, social e jurídica.

Os Engenheiros Civis têm desempenhado papel importantíssimo nos processos de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para reduzir os problemas referidos, devido à sua intervenção na geração do conhecimento, planejamento, concepção, gestão, construção e manutenção da infra-estrutura indispensável ao atendimento das necessidades da sociedade, bem como no estudo de soluções que promovam a melhoria do desenvolvimento perante os problemas do século XXI.

O Engenheiro Civil é agente dinamizador das economias dos países, gerando oportunidades de desenvolvimento, inovação tecnológica e trabalho em todas as áreas, permitindo melhorar a qualidade de vida das pessoas. A profissão do Engenheiro Civil como agente de transformação e promotor do desenvolvimento sustentável é de efetivo interesse público.

Pelo exposto, as associações de Engenharia Civil que subscrevem a Declaração de Brasília acordam:

En el 2.º Encuentro de las Asociaciones Profesionales de Ingenieros Civiles de los Países de Lengua Oficial Portuguesa y Castellana, realizado en Brasilia entre los días 2 y 4 de diciembre de 2008, asociaciones profesionales de Ingenieros Civiles representantes de 19 países de África, América y Europa manifiestan que:

La globalización plantea desafíos al tiempo que ofrece a los Ingenieros Civiles nuevas oportunidades de actuación, creando condiciones susceptibles de propiciar un mejor aprovechamiento del notable potencial de trabajo de estos profesionales y de la experiencia acumulada en cada país.

Los países presentan diferencias en cuanto a la definición del perfil profesional, de los currículos académicos, de la normativa que regula el ejercicio profesional e incluso en las atribuciones y competencias del Ingeniero Civil, aspectos, todos ellos, que deben ser armonizados con objeto de facilitar la movilidad de los mismos.

Son muchos los problemas que asolan el Mundo en el que vivimos: la pobreza, la falta de acceso a servicios básicos, la carencia de oportunidades, el deterioro del medio ambiente, la marginación social y la inseguridad económica, política, social y jurídica.

Los Ingenieros Civiles han desempeñado un papel importantísimo en los procesos de desarrollo económico y social, contribuyendo a reducir los problemas mencionados, merced a su intervención en la generación de conocimiento, planificación, concepción, gestión, construcción y mantenimiento de las infraestructuras indispensables para dar respuesta a las necesidades de la sociedad, y su concurso es esencial en el estudio de soluciones destinadas a seguir promoviendo el desarrollo ante los problemas del siglo XXI.

El Ingeniero Civil es agente dinamizador de las economías de los países, generando oportunidades de desarrollo, innovación tecnológica y trabajo en todas las áreas, que permiten mejorar la calidad de vida de las personas.

La profesión de Ingeniero Civil como agente de transformación y promotor del desarrollo sostenible reviste un efectivo interés público.

## DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DO 2.º ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E CASTELHANA

### DECLARACIÓN DE BRASÍLIA DEL 2.º ENCUENTRO DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA OFICIAL PORTUGUESA Y CASTELLANA

1. Recomendar às instituições de ensino que a formação de Engenheiros Civis seja integral e forme profissionais cidadãos, com capacidade de transformar, interferir e interagir na sociedade, com elevado nível técnico, mas também cultural e social, para que os profissionais possam ter competências mais adequadas às necessidades do desenvolvimento e aos desafios da globalização, para os quais se exigem formações de ciclo longo.
2. Ressaltar a valiosa contribuição da Engenharia Civil como agente ativo de desenvolvimento e que se busque reconhecimento da sociedade desse seu papel.
3. Instar as associações profissionais de Engenheiros Civis e órgãos públicos respectivos a colaborarem na análise e no estudo dos currículos adotados na formação dos Engenheiros Civis, assim como na análise e no estudo da regulamentação profissional, em seus respectivos países, mantendo assim a atualização profissional
4. Considerar a integração de mercados como caminho para maior aproximação e cooperação entre os povos, respeitando a legislação de cada país e adotando políticas públicas condizentes com os desafios da globalização, apresentando claramente condições para atuação de empresas e profissionais de países membros, mas exigindo competências e capacidades a partir de critérios comuns.
5. Desenvolver mecanismos e procedimentos que facilitem a mobilidade do Engenheiro Civil e que garantam que a qualificação do profissional seja requisito básico para atuar, defendendo-se a formação plena em cursos de graduação de no mínimo cinco anos.
6. Estabelecer mecanismos de cooperação com as universidades sobre o ensino e com os órgãos competentes sobre a regulamentação da profissão do Engenheiro Civil, levando em consideração os conceitos de ética, respeitando as legislações vigentes de cada país no mercado globalizado.
7. Respalidar a institucionalidade das associações, colégios, ordens e conselhos de Engenheiros Civis e o trabalho que realizam em benefício dos profissionais, da sociedade e de seus respectivos países.

Por lo expuesto, las asociaciones de Ingeniería Civil que suscriben la Declaración de Brasilia acuerdan:

1. Recomendar a las instituciones educativas competentes que impartan a los Ingenieros Civiles una formación integral, susceptible de preparar a profesionales ciudadanos, con capacidad de transformar, intervenir e interactuar en la sociedad, con elevado nivel técnico, pero también cultural y social, para que dichos profesionales puedan adquirir competencias más adecuadas con vistas a responder a las necesidades del desarrollo y a los retos planteados por la globalización, lo que se exige cursar titulaciones de ciclo largo.
2. Destacar la valiosa contribución de la Ingeniería Civil como agente activo de desarrollo y subrayar la necesidad de lograr de la sociedad el oportuno reconocimiento de su papel.
3. Instar a las asociaciones profesionales de Ingenieros Civiles y a los órganos públicos respectivos a colaborar en el análisis y el estudio de los currículos adoptados en la formación de los Ingenieros Civiles, así como en el análisis y el estudio de la normativa profesional, en sus respectivos países, manteniendo así la actualización profesional.
4. Considerar la integración de mercados como camino para una mayor aproximación y cooperación entre los pueblos, respetando la legislación de cada país y adoptando políticas públicas a la altura de los desafíos de la globalización, presentando claramente condiciones para actuación de empresas y profesionales de los países miembros, pero exigiendo paralelamente competencias y capacidades que respeten criterios comunes.
5. Desarrollar mecanismos y procedimientos que faciliten la movilidad del Ingeniero Civil y que garanten que la cualificación del profesional sea requisito básico para actuar, propugnando la formación plena en titulaciones universitarias con una duración mínima de cinco años.
6. Establecer mecanismos de cooperación con las universidades sobre la educación y con los órganos competentes sobre la regulación de la profesión del Ingeniero Civil, teniendo en consideración los conceptos de ética, respetando las legislaciones vigentes en cada país en el marco de un mercado globalizado.

**DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DO 2.º ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ENGENHEIROS CIVIS DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E CASTELHANA**

**DECLARACIÓN DE BRASILIA DEL 2.º ENCUENTRO DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES DE INGENIEROS CIVILES DE LOS PAÍSES DE LENGUA OFICIAL PORTUGUESA Y CASTELLANA**

8. Ratificar que as associações profissionais são quem deve estabelecer as condições para o exercício profissional dos Engenheiros Civis e instar as autoridades dos países membros a fortalecer essas organizações e nos casos de não existirem promover sua criação e atuação.

9. Reafirmar que o estabelecimento de requisitos e procedimentos para mobilidade dos Engenheiros Civis deverá ser desenvolvido e gerenciado pelas associações profissionais de cada um dos países membros.

10. Recomendar aos países a inclusão das associações de Engenheiros Civis nos processos de definição das políticas públicas, para incidir na tomada das grandes decisões de nossos países.

11. Exigir que o desempenho de cargos técnicos de entidades públicas e privadas relacionados com atividades e atribuições profissionais do Engenheiro Civil seja exercido por esses profissionais, habilitados conforme a legislação vigente em cada país.

12. Instar os governos dos países membros a contratar a realização de obras públicas indutoras do desenvolvimento econômico, social e sustentável.

13. Recomendar aos governos que promovam legislação sobre contratação de obras públicas que permita classificar como investimento em pesquisa, inovação e desenvolvimento uma percentagem dos trabalhos, que correspondam a soluções inovadoras em benefício do projeto.

14. Ratificar todos os pontos estabelecidos na Declaração de Lisboa.

7. Respalda la institucionalidad de las asociaciones, colegios, órdenes y consejos de Ingenieros Civiles y el trabajo que realizan en beneficio de los profesionales, de la sociedad y de sus respectivos países.

8. Ratificar que las asociaciones profesionales son las instituciones que deben establecer las condiciones para el ejercicio profesional de los Ingenieros Civiles, e instar a las autoridades de los países miembros a fortalecer dichas organizaciones y, allí donde éstas no existieren, promover su creación y actuación.

9. Reafirmar que el establecimiento de requisitos y procedimientos para movilidad de los Ingenieros Civiles deberá ser desarrollado y gestionado por las asociaciones profesionales de cada uno de los países miembros.

10. Recomendar a los países la inclusión de las asociaciones de Ingenieros Civiles en los procesos de definición de las políticas públicas, para participar en la toma de las grandes decisiones de nuestros países.

11. Exigir que el desempeño de los cargos técnicos de entidades públicas y privadas relacionados con actividades y atribuciones profesionales del Ingeniero Civil sea ejercido por estos profesionales, habilitados con arreglo a la legislación vigente en cada país.

12. Instar a los gobiernos de los países miembros a contratar la realización de obras públicas que promuevan el desarrollo económico y social, de forma sostenible.

13. Recomendar a los gobiernos que elaboren legislación sobre contratación de obras públicas que permita clasificar como inversión en investigación, innovación y desarrollo un porcentaje de los trabajos, que correspondan a soluciones innovadoras en beneficio del proyecto.

14. Ratificar todos los puntos establecidos en la Declaración de Lisboa.

Brasília, 4 de dezembro de 2008

Brasilia, 4 de diciembre de 2008